

CARACTERÍSTICAS DAS ADEQUAÇÕES FÍSICAS E ARQUITETÔNICAS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO, BRASIL

Characteristics of physical and architectural adaptations for educational attendance to students with disabilities in elementary school of public schools in the municipality of São Miguel do Guaporé – RO, Brazil

Alexandra Aparecida Rech – SEED/RO*

Resumo: A inclusão é um assunto complexo, principalmente quando se fala de inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência. O objetivo deste trabalho foi identificar se as escolas do fundamental I, no município de São Miguel do Guaporé/RO, no ensino regular estão preparadas para receber alunos com deficiência mental, quanto às adequações físicas e arquitetônicas. A fundamentação teórico-metodológica encontra-se assentada numa abordagem qualitativa, com pesquisa de campo e seus dados com análise analítica e qualitativa, onde os dados obtidos serão descritos, mostrando a perspectiva dos participantes não se limitando somente a descrição, mas buscará refletir à luz dos parâmetros legais e conhecimentos produzidos as características do atendimento educacional ao estudante com deficiência. Pode-se concluir que as instituições necessitam de melhores assistências tanto metodológica quanto na formação dos profissionais envolvidos no ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, para que a inclusão é ocorra em toda sua amplitude

Palavras-chave: Inclusão. aluno com deficiência. Atendimento.

Abstract: Inclusion is a complex subject, especially when it comes to including people with some type of disability. The objective of this work was to identify if the primary schools in the regular education, in the municipality of São Miguel do Guaporé/RO, are prepared to receive students with mental deficiency, regarding the physical and architectonic adequacies. The theoretical-methodological foundation is based on a qualitative approach, with field research and its data with analytical and qualitative analysis, where the data obtained will be described, showing the participants' perspective not only limited to the description, but will seek to reflect the light of the legal parameters and knowledge produced to the characteristics of the educational attendance to the student with the deficiency. It can be concluded that institutions need better assistance both methodologically and, in the professionals', training involved in the teaching and learning of the disabled, so that inclusion is occurring in all its breadth.

Keywords: Inclusion. Student with disabilities. Attendance.

INTRODUÇÃO

Desde década de 1990, iniciaram em nível global as discussões em torno da educação inclusiva, amparadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que reconhece e valoriza a diversidade humana, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Posteriormente outro marco foi à conferência realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO, em Salamanca na Espanha, a Conferência Mundial sobre “*Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade*” (1994) onde se definiu como princípio estratégico e de ação a educação inclusiva. Nesse contexto o Brasil assume o compromisso com a

*Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (2008). Atualmente é Professora de Sala de Recursos do Getúlio Vargas e Professora da Sala de Recursos da Lazara Alves de Lima (RO). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tópicos Específicos de Educação. E-mail: alexandrarech2018@gmail.com.

comunidade internacional e nacional em erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

De acordo com um dos objetivos da declaração de Salamanca, a necessidade de integrar os ensinamentos para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino, converge com as ações brasileiras, em que na prática: dar mais prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, envolvendo todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; matricular todas as crianças em escolas comuns; criar mecanismos de modo avaliar de forma diferenciada crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; incentivar a participação de pais no processo de tomada de decisões, para atender a alunos, com necessidades educacionais especiais; assegurar programas de formação dos professores de forma continuada voltadas para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradas (BRASIL, 1994).

Os compromissos assumidos em conferências, bem como documentos elaborados em dispositivos legais em respeito à população com necessidades especiais, segmento este que tem sido historicamente excluído da sociedade, a obrigação de construção de outro modelo de sociedade, com direitos civis e políticos, de que todos, independentemente, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, independente da origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer situação tenham direitos à garantia de acesso, a participação e as mesmas oportunidades econômicas e socioculturais no país. (ONU, 1990).

Os autores Mantoan, 2006 e Glat 2002, afirmam que o processo de escolarização, principalmente de alunos com necessidades educacionais especiais ou outras necessidades específicas no ensino fundamental não tem sido prioridade nos sistemas educacionais, no aspecto de políticas de inclusão que viabilizem o acesso, permanência, aprendizado e integração. Os direitos a educação torna-se fundamental no processo de desenvolvimento da pessoa humana. A importância da educação no processo de desenvolvimento psicossocial da pessoa humana. Nessa perspectiva, a escola deve oferecer condições objetivas e subjetivas que viabilizem o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, pois é a partir da apropriação do conhecimento sistematizado que ocorre o desenvolvimento multidimensional do ser humano.

Importante ressaltar que o estudo e resultado de reflexões referente a fundamentação teórica da pesquisa, está baseada numa abordagem qualitativa. Destacando Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96; Decreto nº 3.298 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999); Resolução Nº 02/01, que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), dentre outros e ações como o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2003).

Segundo o Censo Escolar no Brasil, entre 2005 e 2011, as matrículas de crianças e jovens com algum tipo de necessidade especial (intelectual, visual, motora e auditiva) em escolas regulares cresceu 112% e chegou a 558 mil. O Censo do IBGE, porém, aponta que, em 2010, 37% das crianças com deficiência intelectual na idade escolar obrigatória por lei (5 a 14 anos) estava fora da escola, número muito superior à média nacional, de 4,2%. Portanto, busca-se com esta tese refletir sobre as políticas educacionais, voltadas para formação de professores para atuarem em contextos regulares de ensino, ou seja, na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas comuns do ensino regular. No entanto, torna-se necessário analisar os paradigmas que fundamentam essas políticas nas adequações arquitetônicas e metodológicas na prática pedagógica.

ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPAÇO FÍSICO E ACESSIBILIDADE AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

No Brasil, segundo dados divulgados em 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao Censo Demográfico de 2000, as pessoas com deficiência representam, cerca de 24,6 milhões de pessoas. Deste total, a incidência das deficiências foi a seguinte: deficiência visual, 48,1%; deficiência física, 27,0%; deficiência intelectual, 8,3%; e deficiência auditiva, 16,7%. É importante destacar que a proporção de pessoas com deficiência aumenta com a idade, passando de 4,3% nas crianças até 14 anos, para 54% do total das pessoas com idade superior a 65 anos. À medida que a estrutura da população está mais envelhecida, a proporção de portadores de deficiência aumenta,

surgindo um novo elenco de demandas para atender as necessidades específicas deste grupo (IBGE, 2010).

Precisa-se, então, atentar para um modelo de educação inclusiva que reflita sobre o espaço escolar como um espaço de convivência do educando em que estão postos todas as suas necessidades e possibilidades de crescimento. Como afirma Paulo Freire: "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1981). Neste sentido a educação deve ser pautada no princípio da equidade, da fraternidade, da solidariedade, permitindo um olhar mais amplo sobre o cotidiano de seus educandos. Os educandos com deficiência podem ser considerados em desvantagem em relação aos seus colegas, visto que em seu entorno existem diversas barreiras que são quase determinantes para seu fracasso no pleno acesso a uma formação de qualidade.

A educação inclusiva não significa apenas inserir o educando com alguma deficiência nas classes regulares de ensino, mas efetivar seu pleno convívio em sua comunidade dentro e fora do ambiente escolar. Promover acessibilidade para uma educação inclusiva requer um esforço maior de todos os envolvidos: promover passeios em vias públicas com os educandos, inserir atividades que estimulem o esporte e as linguagens artísticas (dança, teatro, música e artes plásticas) são alguns exemplos de possibilidades de atuação dos professores para buscar desenvolver melhor as potencialidades dos educandos. A escola enquanto espaço de ensino e aprendizagem precisa ampliar os conceitos de inclusão e de acessibilidade (ONU, 1990).

A Constituição Federal de 1988 prevê garantia de vagas no ensino regular para as pessoas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N° 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996) prevê vagas aos educandos portadores de deficiência desde a educação infantil. Isso requer não somente adaptações e adequações dos espaços físicos, como também habilitação dos profissionais para atender as necessidades educacionais. (GUERREIRO, 2012)

A acessibilidade na perspectiva da educação inclusiva demanda uma ampla reflexão sobre o conceito de acessibilidade não apenas dentro da escola, mas também em seu entorno, assim como sua realidade além dos muros da escola, a condição de acesso deve significar desde o sair da residência do educando até o espaço escolar. Como afirma a lei de acessibilidade de 2004 no Artigo 8 em seu parágrafo I: acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, (BRASIL, 2004).

A Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos tem o objetivo de estabelecer os parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto de construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, leva em conta diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem auxílio de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeira de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistidos de audição ou outros. Essa norma tem o objetivo de promover a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. (ABNT NBR 9050).

De acordo com a ABNT NBR 9050, de 2004 a possibilidade e condição de alcance, percepção, entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos define o conceito de acessibilidade e é considerado acessível: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível refere-se tanto acessibilidade física como de comunicação. Já a definição de deficiência, segundo a norma está relacionada à redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (ABNT NBR 9050).

Parte-se então do princípio de que não é possível se pensar em acessibilidade na escola sem levar em consideração as barreiras existentes no ambiente dentro e fora dela. São diversas as formas de barreiras: as urbanísticas que são aquelas localizadas nas vias públicas, como os orelhões telefônicos e os postes de luz no meio da calçada, os passeios destruídos ou sem rampas para subida das cadeiras de rodas, ausência de pistas táteis; como falta de uma rampa para acessar o prédio, falta de indicações em braille nas portas, inexistência de banheiros com portas largas; poucos ou nenhuns programas

televisivos com áudio descrição ou sinais em libras; comportamentos de algumas pessoas que por falta de informação que contribuem para um maior isolamento ou afastamento das pessoas com deficiência do convívio social com maior autonomia.

De acordo com Francisco Godinho (2010) a Acessibilidade consiste na facilidade de acesso e de uso de ambientes, produtos e serviços por qualquer pessoa e em diferentes contextos. Envolve o Design Inclusivo com a de variados de produtos e serviços que cubram as necessidades de diferentes populações, adaptação, meios alternativos de informação, comunicação, mobilidade e manipulação, produtos e serviços de apoio/acessibilidade. Portanto, os professores, os gestores, os pedagogos precisam atentar para o conceito de acessibilidade na escola buscando ampliá-lo.

Para Glat, Machado & Braun (2006), a Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa perspectiva, podemos dizer que o "ingresso" e "permanência" na vida escolar devem ser aplicados também aos indivíduos que estão de alguma forma, excluídos do processo educacional, não apenas em razão de barreiras arquitetônicas, como é o caso de educandos com deficiência física, que se utilizam da cadeira de rodas, os chamados "cadeirantes", e muitas das vezes não encontram uma escola adequada, tendo de se deslocar até mesmo para outra cidade, a fim de buscar a inclusão educacional. As barreiras são, na verdade, das mais diferentes ordens, sejam elas sociais, econômicas, religiosa se raciais.

Ele divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. O termo acessibilidade, bem como "o acesso". A educação inclusiva ou educação especial como assim é denominada pela lei 9394-96 que assim a define no seu artigo 58: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais" (BRASIL, 1996).

Neste sentido, a educação que atenda os princípios de equidade deve estar centrada numa preocupação de acessibilidade numa significação bem maior do que é preconizada nas práticas pedagógicas que valorizam o modelo de educação que se reduza apenas a sala de aula; sem dúvida é importante assegurar ao educando todos aqueles instrumentos previstos por lei já citada anteriormente e que segue afirmando no artigo 59: "Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades" (BRASIL, 1996). Assim, como terminalidade específica para atender a necessidade do educando, ou ainda preocupação com a formação iniciada e continuada do educador. Acessibilidade na educação deve ser trabalhada no seu todo, entendendo-se que existe a necessidade de um pensar mais ampliado.

O direito de ir e vir, o respeito às diferenças no modo como cada um locomove-se é construído na prática com a eliminação de obstáculos dando lugar à acessibilidade. A acessibilidade está centrada na pessoa, nas suas condições e capacidades físicas, econômicas e sociais. A oportunidade que cada pessoa tem de escolher que designa a inclusão. (GUERREIRO, 2012). As condições que permite que as pessoas possam orientar-se no espaço e compreender o que acontece encontrar diversos lugares e ambientes com diferentes atividades, sem precisar perguntar, locomover-se com facilidade e sem impedimentos, denomina-se acessibilidade espacial. Também imprescindível que os lugares sejam acessíveis, através dos mobiliários, das características do local, que permita a participação de todos das atividades existentes e que os espaços e equipamentos possam ser utilizados com independência na medida de suas possibilidades. (BRASIL, 2009).

Os entraves, obstáculos, que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação segura e a oportunidade de comunicação entre as pessoas ou acesso à informação são concebidas como barreiras. É necessário conhecer as necessidades próprias da diversidade, respeitar as diferenças, a igualdade de oportunidades, com base nos direitos humanos. (GUERREIRO, 2012). Os elementos naturais ou criados que impedem ou dificultam ou evitam a realização de atividades almejadas de forma independente constituem-se barreiras físicas. Por exemplo: nas calçadas a presença de árvores ou postes reduz a área de circulação dos pedestres, pode impedir um cadeirante de deslocar-se. O barulho exagerado para uma pessoa que escuta mal, ou para uma pessoa cega torna-se uma barreira na medida em que dificulta o reconhecimento dos sons tanto por parte do cego quanto por parte do

que ouve mal. Portanto qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso à liberdade de movimento, circulação com segurança e possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação constitui-se em barreiras. (BRASIL, 2009).

O compromisso individual para melhorar a sociedade, a dignidade plena, converge com a necessidade de direitos iguais ao uso e acesso dos espaços públicos. Nas escolas é preciso acessibilidade através da construção de rampas, corrimãos, adequação dos pisos, revisão dos acessos, sanitários adequados e considerar o entorno da escola. As reformas educacionais devem propiciar um ambiente adequado à aprendizagem que contribui para a qualidade da educação. (GUERREIRO, 2012). O apoio aos alunos com deficiência física visa a favorecer a autonomia, a produtividade a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário. As adequações curriculares podem incluir modalidades de apoio que favoreçam a eficácia, promovendo oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente em que se vive. (GUERREIRO, 2012)

Segundo a ABNT 9050/1994, para promover condições de mobilidade, com autonomia e segurança é preciso eliminar barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Em especial para as escolas recomenda que as vias que possuem menor fluxo de tráfego de veículos devem ser adotadas para a entrada e saída de alunos; o acesso de alunos às áreas administrativas, de práticas esportivas, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos deve existir ao menos uma rota acessível à estes locais; Que pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos, devem ser acessíveis. Recomenda-se que outros 10% sejam adaptáveis para a acessibilidade; nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível. (ABNT 9050/2004).

Todos os elementos do mobiliário interno devem ser acessíveis que garanta áreas de aproximação e manobra e faixas de alcance manual, visual e auditivo; as lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas; todos os elementos do mobiliário urbano da edificação devem ser acessíveis, exemplo: bebedouro, bancos de alvenaria, guichês e balcões de atendimento. O bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, podendo avançar sob o bebedouro até no máximo 0,50; as escadas devem ser providas de corrimãos em duas alturas; escadas ou rampas com largura superior a 2,40 m é necessário à instalação de corrimão intermediário. (ABNT 9050/2004).

Nas bibliotecas e centros de leituras, locais de pesquisa, fichários, salas de leitura, balcão de atendimento devem ser acessíveis; As estantes dos livros devem ter uma distância de no mínimo 0,90 m de largura; Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m deve haver espaço que permita a manobra de cadeira de rodas, recomenda-se rotação de 180°; a altura dos fichários deve obedecer às faixas de alcance manual e parâmetros visuais; orienta-se que as bibliotecas possuam publicações em BRAILLE, ou outros recursos audiovisuais. (ABNT 9050/2004). A realidade é que muitas escolas e famílias não estão preparadas para garantir o pleno desenvolvimento das crianças com deficiência. Existem muitas adaptações para serem feitas com o movimento chamado de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular, pois o homem na sociedade passa a ser conteúdo central de questionamento, as atitudes com as pessoas com deficiência precisam ser modificadas. A acessibilidade é um fator integrante do processo inclusivo, constituindo-se em um desafio a ser enfrentado. (SOUSA, TAVARES, 2010).

O Manual e Acessibilidade Espacial para as Escolas, lançado pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, com o tema "O direito à escola acessível", foi lançado em 2009. O objetivo do referido documento foi ajudar os sistemas de ensino na implantação de uma política pública de promoção da acessibilidade em todas as escolas, de acordo com o decreto n° 5. 296/2004. O Manual apresenta as circunstâncias de acessibilidade previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050/2004 e explicita os critérios a serem observados no planejamento escolar e há orientações para a eliminação das barreiras e para a garantia do acesso, autonomia e segurança, a todos os alunos. (BRASIL, 2009).

No referido documento são apresentados os conceitos de inclusão, barreiras e acessibilidade espacial. Demonstra a compreensão de acessibilidade em cada ambiente da escola: a rua frente à escola, portão da escola, escadas e rampas, auditórias e sanitárias, refeitório, quadra de esportes, biblioteca, pátio dentre outros. Orienta de forma geral sobre a acessibilidade espacial desde a escolha do terreno para a construção de novas escolas, transporte público, pisos táteis, distribuição dos ambientes e fluxos, as



barras de apoio, leis de prevenção de incêndio, orientações para a construção de rampas e elevadores. No último capítulo sugere a aplicação de planilhas para avaliar a acessibilidade da escola, através das respostas é possível fazer o diagnóstico e sugestões para adequação (BRASIL, 2009).

Se na escola possui Sala de Recursos Multifuncional deve-se eliminar as barreiras. Portas alargadas, construção de rampas, plataformas elevatórias, piso tátil no início e no fim de cada escada e rampa para alertar e informar pessoas que possuem deficiência visual sobre o desnível. O movimento que condena toda a forma de exclusão e segregação denomina-se inclusão. Esse movimento de inclusão defende a permanência e a participação das pessoas com deficiência nos ambientes escolares. Todos devem ser bem acolhidos e atendidos em suas necessidades. Luta pelo rompimento de atitudes de discriminação e preconceitos. (BRASIL, 2009).

Houve a inclusão escolar de 34,4% da matrícula de alunos com deficiência, nas salas de aula do ensino regular no ano de 2007 e 54% no ano de 2008. O aparecimento dos alunos com deficiência nos espaços escolares proporciona reflexão sobre a acessibilidade para todos nos ambientes escolares, pois não é o suficiente realizar a matrícula, é necessário precipitar as ações para promover ambientes acessíveis. A direção, pais, professores, usuários, equipe pedagógica são os responsáveis pela avaliação da escola, devem identificar as barreiras existentes. Os profissionais liberais, arquitetos, engenheiros e secretarias devem criar soluções técnicas e adequadas de acordo com as normas. (BRASIL, 2009).

Para garantir a acessibilidade é importante considerar: a orientação espacial, deslocamento, uso e comunicação. As características ambientais que permitem aos indivíduos reconhecer a identidade e as funções dos espaços, definir estratégias para seu uso e deslocamento refere-se à orientação espacial. A compreensão dos lugares é favorecida pela forma, iluminação, disposição dos lugares e equipamentos, desenhos, escritas, letreiros, mapas, imagens. A possibilidade das pessoas em geral, movimentarem-se em percursos horizontais: corredores - e verticais: escadas, rampas e elevadores, inclusive em ambientes internos: salas, sanitários, saguões e externos: pátios e jardins, livres de barreiras físicas, de forma livre, independente e segura propicia o deslocamento praticável. A realização de atividades por todas as pessoas, refere-se as condições de uso dos espaços e equipamentos. As características físicas dos equipamentos e mobiliários, tais como formas, dimensão, relevo, textura, cor, posição nos ambientes que permitam o acesso são importantes pois possibilitam as condições de uso. Quanto a comunicação é importante a possibilidade de troca de informações entre as pessoas com ou sem auxílio de meios de comunicação alternativa, e aquisição de informações gerais através de suportes informativos. São importantes: acústica dos ambientes (excesso de ruídos dificulta a comunicação), presença de sinais, pictogramas complementando informações escritas, tecnologias assistivas, programas computacionais para cegos e surdos. (BRASIL, 2009).

O Manual de Acessibilidade Espacial para as Escolas de 2009 apresenta propostas a serem executadas pelas escolas nos diversos ambientes que proporcionam acessibilidade espacial nos aspectos de deslocamento, uso e comunicação: Do portão à porta de entrada da escola; recepção e salas de atendimento; corredores; escadas e rampas; salas de aula; laboratórios e salas de artes; salas de recursos multifuncionais; espaço da educação infantil; biblioteca; auditório; sanitários; trocador em sanitário acessível; refeitório; quadra de esportes; pátios e parque infantil. Sobre a segurança e mobilidade dos alunos com deficiência nos espaços escolares é essencial nos espaço e ambiente escolar, pois proporciona a comunicação, aproximação e convivência entre as pessoas. A acessibilidade não se resume apenas em rampas ou banheiros adaptados. O conjunto de possibilidades e condições ao alcance de todas as pessoas para a utilização com segurança e autonomia de espaços e edificações, independentemente de serem espaços públicos ou privados (ONU, 1990).

A pessoa com deficiência tem o direito de ir e vir em todos os locais da escola. O mobiliário e os equipamentos devem proporcionar autonomia, independência e segurança a todos. A comunicação e a participação com o máximo de independência são um direito. Na comunicação a sinalização promove a acessibilidade atitudinal como meio de desenvolver uma cultura de inclusão na escola (ONU, 1990). No mercado estão disponíveis produtos, instrumentos, equipamentos ou sistemas técnicos que previne, atenuam ou neutraliza uma incapacidade. As ajudas técnicas que engloba a área da higiene, vestuário, alimentação, facilitam a vida diária das pessoas com deficiência. Exemplo: barras de transferência para sanitários, adaptadores para utensílios domésticos. Já os sintetizadores de voz para computadores para pessoas com deficiência visual – power Braille, DOSVOX, etc. pranchas de símbolos de linguagem do Bliss, facilitam a comunicação e a transmissão da informação. Há os equipamentos adaptados para reabilitação, o lazer, o esporte, que inclui os recursos que ajudam na

locomoção e transporte, por exemplo: cadeira de rodas, próteses, órteses, bicicletas adaptadas; equipamentos para facilitar o acesso: rampas, elevadores, veículos adaptados. Os facilitadores pedagógicos: brinquedos pedagógicos, pranchas de apoio, prancha ortostática, adaptações de mão para uso de lápis, tesoura, borracha (ONU, 1990).

Quando se defende uma escola inclusiva parte-se do princípio de que todos os alunos com deficiência devem estar colocados na classe regular. No entanto, o que se percebe é uma prática que por vezes não se atenta para os instrumentos que de fato tornem este educando incluso no processo de aquisição e apropriação dos saberes escolares.

A acessibilidade, por sua vez, não significa apenas remover as barreiras arquitetônicas, mas sim todo e qualquer entrave no pleno acesso aos equipamentos socioculturais, educativos e de lazer. Eliminar estas barreiras é de fato um desafio da escola. Além da preocupação com a formação inicial e continuada dos professores, das adaptações curriculares e metodológicas, do aporte legal. Faz-se necessário que o professor busque também apoio nas tecnologias assistivas. Para Galvão Filho e Damasceno (2002), "as barreiras causadas pela deficiência" podem ser eliminadas por meio da tecnologia assistiva, isto é, através de recursos materiais e serviços humanos, que compreendem os profissionais de diferentes áreas de atuação, tais como: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos etc.

Entende-se então que não é a deficiência causadora das barreiras, mas, ao contrário, as barreiras sociais, políticas, arquitetônicas, comportamentais, atitudinais e ideológicas são causadoras das deficiências. Uma pessoa com deficiência física, por exemplo, torna-se ainda mais deficiente quando não exerce plenamente o seu direito de ir e vir, sendo prejudicada, sobretudo, na sua cidadania. Este argumento é extremamente válido quando pensamos na situação do deficiente visual, bombardeado a todo o momento por informações iminentemente visuais, especialmente nos contextos escolares e acadêmicos (ONU, 1990).

Os profissionais que trabalham no espaço escolar devem ter noção sobre os reforços negativos que o senso comum carrega e que por vezes transmite para os indivíduos com deficiência, definindo elementos que vão constituir a autoimagem deles. Desta maneira, verifica-se que uma maior integração poderia ser favorecida por meio de atividades que objetivassem resgatar, nas pessoas com deficiências, sentimentos positivos de dignidade e autoestima. O estímulo às potencialidades e o desejo da pessoa viver o mais independentemente quanto lhe for possível, deve começar desde muito cedo para os nascidos com deficiência, e fazer parte de uma conscientização permanente das pessoas que prestam cuidados significativos, tanto no ambiente familiar quanto no espaço escolar. Portanto, isto deve começar em casa e continuar a ser estimulado na escola e pela sociedade em geral. Tornarmo-nos conscientes das questões relacionadas a essa autodeterminação, que incorpora independência e autossuficiência como fatores que contribuem para todo o processo de adaptação. São práticas que constituem um primeiro passo essencial a ser dado pelas famílias que recebem seu filho com deficiência ao meio social no qual estarão inseridos e aos profissionais envolvidos na escola.

Portanto, conclui-se afirmando que para se defender a acessibilidade dentro de uma perspectiva da escola inclusiva faz-se necessária uma atenção maior ao contexto sociocultural, político, psicoemocional, familiar, profissional, psicomotor, ampliando cada vez mais as áreas de atuação e de preocupação da escola para promover a inclusão da pessoa com deficiência. Entendendo ainda o conceito de acessibilidade como preocupação da escola em todo o contexto da vida profissional, educacional, psicoemocional, política, sociocultural, buscando alternativas para apontar soluções na derrubada de barreiras dentro e fora do espaço físico da escola.

METODOLOGIA

Essa pesquisa corresponde ao enfoque qualitativo, porque se aplicam instrumentos de recolhimento de dados de forma de observação e relatório. Será descritiva porque descreverá sobre um conjunto de fatores que impactam no atendimento educacional dos estudantes que possuem deficiência no interior da escola. A pesquisa qualitativa presume o convívio direto e longo do pesquisador com o ambiente e a circunstância que está sendo estudada, mediante o trabalho de campo, ou seja, o ambiente natural constitui-se como fonte imediata de coleta de dados, por isso denomina-se de naturalístico, pelo fato dos problemas serem estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente. Há a influência do contexto nos fenômenos estudados, exigindo o contato estreito do pesquisador. Os dados coletados: sobre pessoas, situações, acontecimentos são descritos. Engloba

descrições de entrevistas, depoimentos, fotografias, desenhos, extratos de documentos. São usadas citações para esclarecer os pontos de vista ou afirmações. Todos os dados da realidade são considerados importantes, exigindo do pesquisador o maior número possível de elementos que constam na situação o estudada. Situações aparentemente simples devem ser observadas e sistematizadas. Há forte preocupação com o processo, pois a finalidade do pesquisador é estudar como determinada questão se manifesta nas atividades, nos procedimentos e interações do dia a dia. (BOGDAN; BIKLEN, 1982 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Para coleta de dados serão nas escolas localizadas na área rural (oito escolas), na zona urbana e do Distrito (seis escolas), dentre estas três são municipais e três são estaduais totalizando 14 escolas pesquisadas. Foram observadas as adequações: Alargamento Portas, Sanitários, Rampas, Corrimãos, Sinalização Tátil portas, Sinalização Visual, Mobiliários Acessíveis, Cadeiras de Roda, Recursos de Tecnologia Assistiva.

A observação referente as acessibilidade nas escolas onde utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos, e considerada científica quando é planejada sistematicamente; é registrada metodicamente; está sujeita a verificações e controles sobre a validade e segurança. As coletas de dados foram realizadas no mês de setembro de 2017, quando será entregue os termos de consentimento e marcado os dias para a observação e anotações sobre a acessibilidade do prédio escolar.

A análise dos resultados sobre as sobre as adequações arquitetônicas ou na estrutura das escolas, onde foi realizado um relatório das adequações arquitetônicas observando a estrutura física e arquitetônica da escola nos itens: Política pública do MEC para promoção da acessibilidade, matrículas dos estudantes com deficiência, resoluções e legislações que orientam as ações dos gestores, adequações arquitetônicas (sanitários alargamentos das vias de acesso, rampas, corrimãos, sinalização tátil e visual, mobiliário acessíveis, materiais desportivos, recursos de tecnologia assistia e oferta de formação para os docentes). Os gestores quando indagados sobre a adesão de alguma política pública do Ministério da Educação para a Promoção da Acessibilidade nas escolas, todos foram unânimes em recordar do "Programa Dinheiro Direto na Escola" que possibilitou a realização de algumas adequações arquitetônicas, entretanto tal programa foi instituído em 2013. Abaixo segue quadro com itens pesquisados:

Quadro 01- Estrutura física e arquitetônica da escola nos itens

Adequações / Estrutura Física:	Quantidade de escolas por Rede de Ensino	
	Escola Estadual Quantidade: 03	Escola Municipal Quantidade: 11
Alargamento Portas	02	07
Rampas	03	09
Corrimãos	03	07
Sinalização Tátil portas	01	0
Sinalização Visual	03	-
Mobiliários Acessíveis	02	05
Cadeiras de Roda	01	01
Recursos de Tecnologia Assistiva	03	06

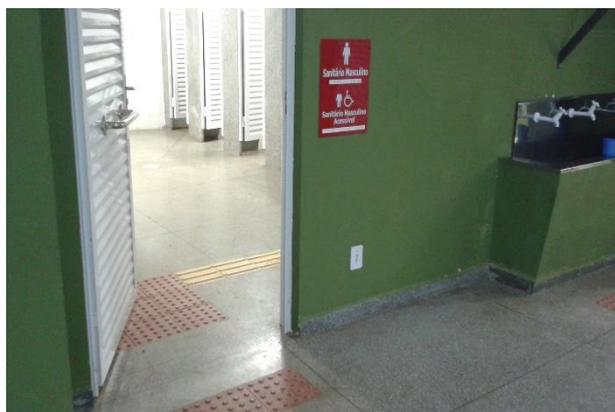
Fonte: dados da pesquisa.

Sobre as adequações nos sanitários foram considerados pelos entrevistados a adequação das portas e instalação de corrimãos. Duas das escolas declararam que alargaram também uma das portas das salas de aula e uma das escolas alargou a porta da direção. As três escolas da rede estadual possuem portas alargadas nos refeitórios.

De acordo com ABNT NBR 9.050/2004: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m. Quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso. As portas devem ter um espaço de vão livre de no mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m.

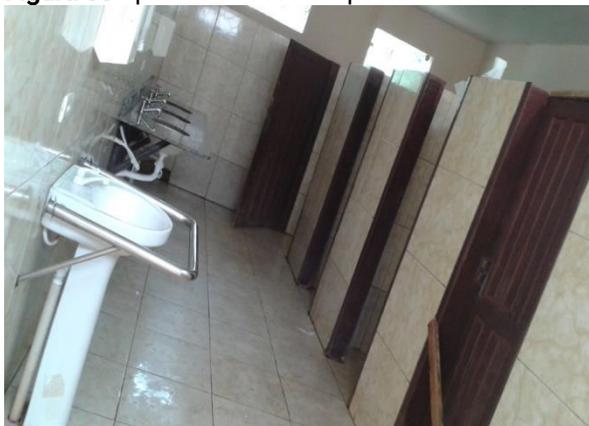
Alargamento Portas:**Figura 01**- Portas de acesso às salas de aula da escola EMC6

Fonte: dados da pesquisa.

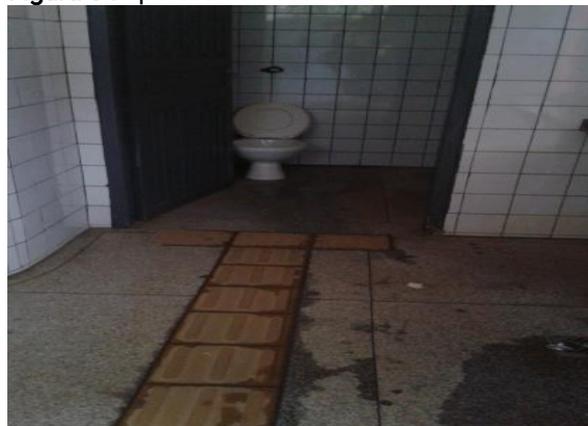
Figura 02 - Portas de acesso ao pátio EEU3

Fonte: dados da pesquisa.

Os sanitários e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma no que diz respeito à instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e a barra de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance. As barras de apoio devem ser na parede de fixação do banco deve ser instalada uma barra vertical com altura de 0,75 m do piso acabado e comprimento mínimo de 0,70 m, a uma distância de 0,85 m da parede lateral ao banco.

Sanitários**Figura 03** - portas acesso ao pátio EMU3

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 04 - portas de acesso ao sanitário EEU1.

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto às rampas somente as 03 escolas da rede estadual possuem amplo acesso através de rampas em todas as dependências da escola, as demais escolas que declararam possuir rampas não estão construídas em todos os espaços das dependências das escolas. As rampas com a largura da calçada, com largura mínima de 1,50 m e com rampas laterais com inclinação (declividade) máxima de 8,33%, a maioria das crianças que utiliza cadeira de rodas necessita de declividade menor, pois não consegue subir a rampa sozinha e precisa, por isso, de auxílio para empurrar a cadeira.

Rampas

Figura 05 - Rampas de acesso ao pátio da escola EEU1



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 06 - Rampas de acesso as salas da escola EMU2.



Fonte: dados da pesquisa.

No quesito corrimãos as escolas da rede municipal quatro frisaram a existência deles exclusivamente nos banheiros, quanto as escolas da rede estadual há também a presença de corrimãos em outros espaços das dependências das escolas. As Barras de apoio ao longo dos corredores, apesar de não serem obrigatórias, as barras de apoio ao longo de paredes funcionam como corrimãos; são de grande auxílio na orientação de pessoas com deficiência visual e, ao mesmo tempo, facilitam o equilíbrio de pessoas com mobilidade reduzida. O principal local para sua instalação é nos corredores, porém podem ser úteis em pátios e ambientes amplos. É possível, também, colocar informações em Braille ao longo da barra, a fim de indicar direções e funções de ambientes.

Corrimãos

Figura 07- Corrimão de acesso ao pátio da escola EEU1.



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 08 - Corrimão de acesso ao pátio da escola EMU2.



Fonte: dados da pesquisa.

Sobre a sinalização tátil nas escolas da rede municipal 03 lembraram-se da existência deles nos jogos pedagógicos da escola. Quanto a sinalização visual duas escolas da rede estadual declararam ter sinalização visual, entretanto em uma delas o gestor admitiu a necessidade de adequações. Conforme o Decreto Federal nº. 5.296/2004: Acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: A sinalização tátil vertical deve atender aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste, conforme 5.6. Os símbolos em relevo devem ser instalados entre 1,40 m e 1,60 m do piso. A sinalização vertical em Braille ou texto em relevo deve ser instalado de maneira que a parte inferior da cela Braille ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso. A sinalização vertical deve ter a respectiva correspondência com o piso tátil.

*Sinalização Tátil***Figura 09** - Sinalização tátil de acesso ao pátio da escola EEU1

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 10 - Sinalização tátil de acesso ao pátio da escola EEU1

Fonte: dados da pesquisa.

A sinalização visual vertical deve atender aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste, conforme 5.5. A altura da sinalização visual deve estar em conformidade com os alcances e cones visuais estabelecidos em 4.7.2. A sinalização visual em áreas de circulação, quando suspensa, deve ser instalada a uma altura livre mínima de 2,10 m do piso.

*Sinalização visual***Figura 11** - Sinalização visual da escola EEU3

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 12 - Sinalização visual da escola EEU3

Fonte: dados da pesquisa.

No quesito mobiliário acessível consideraram mesas, cadeiras adequadas ao tamanho das crianças e armários e jogos pedagógicos. Sobre a disponibilidade de cadeira de rodas dois gestores citaram que no ônibus escolar que transporta os alunos até a escola possui. Sobre os recursos de tecnologias assistiva os gestores consideraram materiais como notebook, Braille, Lupas, jogos pedagógicos.

*Mobiliários acessíveis***Figura 13** - Mobiliários da escola EMC8

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 14 - Mobiliários da escola EMC8.

Fonte: dados da pesquisa.

Os recursos de tecnologias assistiva podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente. Proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

*Recursos de tecnologia assistiva***Figura 15** - Materiais de apoio da escola EEU2.

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 16 - Mobiliários adaptado da escola EEU2

Fonte: dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a inclusão e de fundamental importância para a maior integração das pessoas em sociedade, mas ao mesmo tempo muito difícil de ser abordado, pois requer mudança de atitude, aceitar a inclusão e antes de tudo aceitar que vivemos num mesmo ambiente onde as diferenças são reais e devem ser respeitadas. O ensino realizado nas escolas e grande responsável por essa mudança de comportamento, e uma entre tantas missões e a de combater o preconceito. O termo inclusão não é novo, mas ainda necessita amadurecer nas mentes de pais, educadores, governante, ou seja, em toda sociedade que antes de tudo precisa parar de ignorar a existências de pessoas com necessidades educacionais especial com algo natural, aceitar que o diferente pode ser interessante, e que obstáculos estão presentes para ser ultrapassados com uma visão ampla e sem preconceitos.

Além de integrar, interagir e desmistificar a figura do aluno nas necessidades educacionais especial aproxima as pessoas e realça a importância do respeito às diferenças, combatendo assim o bullying entre os alunos. Contudo conforme os resultados da pesquisa, a inclusão somente se fara verdadeira quando todas as pessoas com algum tipo de deficiência tiverem de fato as mesmas oportunidades, seja na educação, no trabalho, no lazer, mas em todos os campos em que a sociedade permite estar. Toda mudança de comportamento, pensamento e ações são necessárias para que a inclusão seja eficaz em uma sociedade que olhar as diferenças de modo mais humano e gentil.

REFERÊNCIAS

ABNT- NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2° ed. Rio de Janeiro: ABNT- associação brasileira de normas técnicas, 2004. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_image_ns-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018..

BRASIL. *Decreto nº. 3.956, de 08 de outubro de 2001*. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 dez. 2001a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2_001/d3956.htm. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRÁSÍLIA. *Decreto-lei nº. 5.296, de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5296.htm>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 9° ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.

GLAT, R.; MACHADO, K.; BRAUN, P. Inclusão escolar. In: *Anais do XI Congresso Nacional da Fenasp*. 2006. p. 221-228. Disponível em: www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/.../019-2011.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

GLAT, R; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Revista Integração*, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/view/1647>. Acesso em 25/072018.

GODINHO, F. A. F. B. *Uma nova abordagem para a formação em Engenharia de Reabilitação em Portugal*. 2010. Disponível em: http://repositorio.utad.pt/handle/1_0348/572. Acesso em 25/072018.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4415> . Acesso em: 25 jul. 2018.

<http://www.institutoparadigma.org.br/site/conteudo.asp?id=347>. Acesso em: 25 jul. 2018.

IBGE. *Censo Demográfico de 2000* (2010). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 jul. 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. *Em Aberto*, v. 5, n. 31, 2011. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1605/1577>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva. In: GAIO, R.; MENEGUETTI, R. G. K. *Caminhos Pedagógicos da Educação Especial*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Disponível em: www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos_pedagogicos_da_inclusao.htm. Acesso em: 25 jul. 2018.

ONU. *Resolução ONU n.º 45/91, de 14 de dezembro de 1990*. Disponível em:

SOUSA, E. M.; TAVARES, H. M. *Acessibilidade da criança com deficiência física na escola1*. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2015/08/ACESSIBILIDADE.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Recebido em: 10.11.2018

Aprovado em 10.12.2018